



MUNICÍPIO DE CORONEL VIVIDA – ESTADO DO PARANÁ CONTRATO № 48/2021 DISPENSA DE LICITAÇÃO № 24/2021

Pelo presente instrumento, o MUNICÍPIO DE CORONEL VIVIDA pessoa jurídica de direito público, com sede na Praça Ângelo Mezzomo, s/nº - Centro, Estado do Paraná, inscrito no CNPJ sob o nº 76.995.455/0001-56, neste ato representado pelo Exmo. Sr. Prefeito Anderson Manique Barreto, inscrito no CPF sob o nº 967.311.099-91 e RG nº 5.228.761-8, a seguir denominado LOCATÁRIO e, de outro a ASSOCIAÇÃO EMPRESARIAL DE CORONEL VIVIDA - ACIVI, inscrita no CNPJ nº 77.486.090/0001-05, estabelecido na Rua Brigadeiro Rocha Loures, 156 — Centro, na cidade de Coronel Vivida, Estado do Paraná, neste ato representado pelo Sr. Paulo Roberto da Silva, inscrito no CPF sob o nº 371.632.729-87 e RG nº 1.792.059-6, a seguir denominado LOCADOR, estando as partes sujeitas às normas da Lei Federal nº 8.666 de 21 de junho de 1993 e alterações, e legislação complementar vigente e pertinente a matéria, ajustam o presente Contrato em decorrência da Dispensa de Licitação n.º 24/2021, mediante as seguintes cláusulas e condições:

CLÁUSULA PRIMEIRA – DO OBJETO

Parágrafo primeiro: O presente contrato tem por objeto a LOCAÇÃO DE 01 (UMA) SALA COMERCIAL EM ESTRUTURA DE ALVENARIA, COM ÁREA CONSTRUÍDA DE 160,0 M² (CENTO E SESSENTA METROS QUADRADOS), LOCALIZADO NA RUA BRIGADEIRO ROCHA LOURES, SOBRE O IMÓVEL URBANO № 156, SALA 02 – FUNDOS – CENTRO DO LOTEAMENTO SEDE, MATRÍCULA № 14.717/1.

<u>Parágrafo segundo:</u> Integram e completam o presente Termo Contratual, para todos os fins de direito, obrigando as partes em todos os seus termos, as condições expressas no processo de Dispensa de Licitação nº 24/2021.

CLÁUSULA SEGUNDA – DO VALOR CONTRATUAL

O locatário pagará ao locador o valor ajustado de R\$ 1.200,00 (um mil e duzentos reais) mensais, totalizando para o período de 12 meses, o valor de R\$ 14.400,00 (quatorze mil e quatrocentos reais).

CLÁUSULA TERCEIRA – DO PRAZO DE VIGÊNCIA/LOCAÇÃO

O prazo de vigência/locação do contrato será de 12 (doze) meses, **de 01 de setembro de 2021 a 31 de agosto de 2022**, podendo ser prorrogado, conforme o art. nº 57 da Lei 8.666/93.

CLÁUSULA QUARTA – DAS OBRIGAÇÕES DO LOCATÁRIO

São obrigações do locatário:

- 1. Efetuar pontualmente o pagamento dos valores devidos;
- 2. Fornecer, mediante solicitação escrita do **Locador**, informações adicionais, dirimir dúvidas e orientá-la nos casos omissos.
- 3. Restituir o imóvel, finda a locação, no estado em que o recebeu, salvo as deteriorações decorrentes do seu uso normal.
- 4. Comunicar ao locador qualquer dano ou defeito cuja reparação a este incumba.
- 5. Realizar o imediato reparo dos danos verificados no imóvel, ou nas suas instalações, provocados por seus agentes, funcionários ou visitantes autorizados.

0

alle.







CLÁUSULA QUINTA - DAS OBRIGAÇÕES DO LOCADOR

São obrigações do locador:

- Entregar ao locatário o imóvel em estado de servir ao uso a que se destina.
- 2. Garantir durante o tempo da locação. O uso pacífico do imóvel locado.
- Responder pelos vícios ou defeitos anteriores à locação. 3.
- Fornecer ao locatário recibo discriminando as importâncias pagas na locação.
- Qualquer acidente que por ventura venha a ocorrer no imóvel, em casos fortuitos e de força maior, o locatário está isento de responsabilidades, como por exemplo, acidentes ou fatalidades causadas por fenômenos da natureza.
- O Locador deverá observar no que couber, durante a execução contratual, critérios e práticas de sustentabilidade, como:
 - I Dar preferência a envio de documentos na forma digital, a fim de reduzir a impressão de documentos:
 - II Em caso de necessidade de envio de documentos ao Locatário, usar preferencialmente a função "duplex" (frente e verso), bem como papel confeccionado com madeira de origem legal.
- As notificações referidas neste item deverão ser realizadas por escrito e direcionadas 7. ao gestor e/ou fiscal do contrato.
- O locador será responsável pelos encargos do prêmio de seguro complementar que incida ou venha incidir sobre o imóvel.
- Responsabilizar-se pelo pagamento do Imposto Predial Territorial Urbano IPTU, referente ao imóvel locado.
- Pagar as despesas de consumo de energia elétrica, água, esgoto e internet que incidir sobre o referido imóvel durante a vigência contratual.

CLÁUSULA SEXTA – DA FORMA DE PAGAMENTO

Parágrafo primeiro: Os pagamentos serão efetuados até o 10º (décimo) dia útil do mês subsequente, após a realização do serviço solicitado, mediante apresentação da respectiva nota fiscal/fatura/recibo atestada pelo Gestor e Fiscal do contrato.

Parágrafo segundo: A nota fiscal/fatura/recibo deverá conter discriminação resumida do item fornecido, total para cada serviço, número da licitação, número do contrato, não apresentar rasura e/ou entrelinhas, deverão ser impressas de maneira clara, inteligível, inviolável, ordenada e dentro de padrão uniforme.

Parágrafo terceiro: Para fazer jus ao pagamento, a empresa deverá apresentar, prova de regularidade para com a Fazenda Federal, Estadual e Municipal, prova de regularidade relativa à Seguridade Social (INSS) e ao Fundo de Garantia por Tempo de Serviço (FGTS) e Certidão Negativa de Débitos Trabalhistas (CNDT) emitida eletronicamente através do site http://www.tst.jus.br, em cumprimento com as obrigações assumidas na fase de habilitação do processo licitatório.

Parágrafo quarto: O pagamento poderá ser realizado preferencialmente por meio de ordem bancária, creditada na conta corrente da Contratada, ou por meio de fatura com utilização do código de barras.





MUNICÍPIO DE CORONEL VIVIDA – ESTADO DO PARANÁ CLÁUSULA SÉTIMA– DOS RECURSOS FINANCEIROS E ORÇAMENTÁRIOS

Os recursos para assegurar o pagamento das obrigações constantes neste contrato correrão por conta de dotação orçamentária abaixo:

UNI	DADE: 01	- ADMINIST	TRAÇÃO S				
Natu	ireza da D	Despesa: 3.3	.90.39 - 0	Outros Serviços de Terceiros – Pessoa Ju	urídica		
Desc	dobramer	nto da Despe	sa: 3.3.90	0.39.10 – Locação de Imóveis			
UG	O/U	FONTE	P/A	DESCRIÇÃO	DESPESA	DESD.	NATUREZA
					PRINC.		

CLÁUSULA OITAVA - DAS ALTERAÇÕES

<u>Parágrafo primeiro:</u> O contrato poderá ser prorrogado, a critério do LOCATÁRIO e do LOCADOR, tendo por fundamento no que couber as disposições contidas na Lei Federal nº 8.666/93, conforme a legislação vigente e de interesse da Administração.

<u>Parágrafo segundo:</u> O locador fica obrigada a aceitar, nas mesmas condições contratuais, os acréscimos ou supressões, reajustes ou reequilíbrios, nos limites e nas hipóteses previstas na Lei Federal nº 8.666/93 e conforme a legislação vigente e de interesse da Administração.

<u>Parágrafo terceiro</u>: O locador não poderá em hipótese alguma, mesmo que por solicitação da Secretario contratante, alterar as quantidades, descrição ou qualquer outro elemento inicialmente contratado, sem a realização do devido termo aditivo de contrato, mesmo que não altere o valor do contrato, sob pena de multa de 10% (dez) por cento do valor do contrato.

CLÁUSULA NONA – DA SUBCONTRATAÇÃO

<u>Parágrafo primeiro:</u> Não será permitida a subcontratação total ou parcial do objeto, a associação do locador com outrem, a cessão ou transferência, total ou parcial, bem como a fusão, cisão ou incorporação, salvo prévia e expressa autorização do locatário.

<u>Parágrafo segundo:</u> Em caso de autorização de subcontratação total ou parcial do objeto, fica a subcontratada obrigada a apresentar previamente à autorização, os documentos comprobatórios de idoneidade, exigidos do locador para esta dispensa.

<u>Parágrafo terceiro:</u> Autorizada qualquer das hipóteses retro, o locador permanecerá solidariamente responsável pelo cumprimento de todas as condições ajustadas no Contrato e Dispensa.

CLÁUSULA DÉCIMA – DA GESTÃO E DA FISCALIZAÇÃO

<u>Parágrafo primeiro:</u> Compete ao Gestor e ao Fiscal de contrato as atribuições previstas no Decreto Municipal nº 7.484 de 07 de janeiro de 2021 e as constantes na Lei 8.666/93.

<u>Parágrafo segundo:</u> A Administração indica como gestor do contrato, o Secretário de Administração e Fazenda: Carlos Lopes — Decreto nº 7.552/21, de 26 de fevereiro de 2021, matrícula nº 1768-0.

<u>Parágrafo terceiro:</u> A administração indica como fiscal do contrato, Paulo Ricardo de Souza Centenaro, matrícula nº 1743-4.







MUNICÍPIO DE CORONEL VIVIDA – ESTADO DO PARANÁ CLÁUSULA DÉCIMA PRIMEIRA - DAS SANCÕES ADMINISTRATIVAS E PENALIDADES

<u>Parágrafo primeiro</u>: As sanções administrativas serão aplicadas em conformidade com o prescrito na Lei Federal nº 8666/93, e em legislação correlata, podendo ser das seguintes espécies:

- a) Advertência.
- b) Multa, na forma prevista no contrato.
- c) Suspensão temporária de participação em licitação e impedimento de licitar e contratar com a Administração.
- d) Declaração de inidoneidade.
- I As sanções previstas nos subitens "a", "c" e "d" do parágrafo primeiro, poderão ser aplicadas cumulativamente com a do subitem "b".

Parágrafo segundo: A multa imposta ao locador, poderá ser:

- a) de caráter moratório, na hipótese de atraso injustificado na execução do objeto do contrato, quando será aplicada nos seguintes percentuais:
 - I 0,33% (trinta e três centésimos por cento) por dia de atraso, na execução do objeto, calculado sobre o valor correspondente à parte inadimplida, quando o atraso não for superior 30 (trinta) dias corridos.
 - II 0,66% (sessenta e seis centésimos por cento) por dia de atraso que exceder a alínea anterior, até o limite de 15 (quinze) dias, na execução do objeto, calculado, desde o trigésimo primeiro dia de atraso, sobre o valor correspondente à parte inadimplida, em caráter excepcional, e a critério do órgão contratante.
- b) de caráter compensatório, quando será aplicada nos seguintes percentuais.
 - I 15% (quinze por cento) do valor do empenho em caso de inexecução parcial do objeto pelo locador ou nos casos de rescisão do contrato, calculada sobre a parte inadimplida.
 - II 20% (vinte por cento) sobre o valor do contrato, pela sua inexecução total ou pela recusa injustificada do instituto em assinar o contrato ou retirar o instrumento equivalente, dentro do prazo estabelecido pela Administração.
- I O atraso, para efeito de cálculo de multa, será contado em dias corridos, a partir do primeiro dia útil seguinte ao do vencimento do prazo de execução do contrato.

<u>Parágrafo terceiro:</u> A instrução obedecerá ao princípio do contraditório, assegurada ao acusado ampla defesa, com a utilização dos meios e recursos admitidos em direito.

<u>Parágrafo quarto:</u> Na fase de instrução, o indiciado será notificado pelo gestor do contrato e terá o prazo de 05 (cinco) dias úteis, contados a partir do recebimento do correio eletrônico no e-mail, para apresentação da Defesa Prévia, assegurando-se lhe vista do processo, e juntada dos documentos comprobatórios que considerar pertinentes à fundamentação dos fatos alegados na mesma.

<u>Parágrafo quinto:</u> O extrato da decisão definitiva, bem como toda sanção aplicada, será anotada no histórico cadastral do instituto e nos sistemas cadastrais pertinentes, quando for o caso, além do processo ser apostilado na sua licitação correspondente.

CLÁUSULA DÉCIMA SEGUNDA - DA RESCISÃO CONTRATUAL E EXTINÇÃO

<u>Parágrafo primeiro:</u> Na ocorrência de qualquer das hipóteses previstas nos artigos 77, 78 e 88 da Lei nº 8.666/93, o Município de Coronel Vivida poderá, garantida a prévia defesa, rescindir unilateralmente o contrato, na forma do artigo 79 do mesmo diploma legal, bem como aplicar ao locador as sanções previstas no artigo 87 da Lei Federal nº 8.666/93.

0

Olive





MUNICÍPIO DE CORONEL VIVIDA - ESTADO DO PARANÁ

<u>Parágrafo segundo:</u> O contrato poderá ser rescindido pelos motivos previstos na Lei nº 8.666/93.

<u>Parágrafo terceiro:</u> Será automaticamente extinto o contrato quando do término do prazo estipulado e/ou prazo de garantia e não ocorrendo o acordo de prorrogação.

CLÁUSULA DÉCIMA TERCEIRA – DA FRAUDE E DA CORRUPÇÃO

As partes declaram conhecer as normas de prevenção à corrupção previstas na legislação brasileira, dentre elas, a Lei de Improbidade Administrativa (Lei Federal n.º 8.429/1992), a Lei Federal n.º 12.846/2013 e seus regulamentos, se comprometem que para a execução deste contrato nenhuma das partes poderá oferecer, dar ou se comprometer a dar, a quem quer que seja, aceitar ou se comprometer a aceitar, de quem quer que seja, tanto por conta própria quanto por intermédio de outrem, qualquer pagamento, doação, compensação, vantagens financeiras ou benefícios indevidos de qualquer espécie, de modo fraudulento que constituam prática ilegal ou de corrupção, bem como de manipular ou fraudar o equilíbrio econômico financeiro do presente contrato, seja de forma direta ou indireta quanto ao objeto deste contrato, devendo garantir, ainda que seus prepostos, administradores e colaboradores ajam da mesma forma.

CLÁUSULA DÉCIMA QUARTA - DOS CASOS OMISSOS

Os casos omissos serão resolvidos à luz da Lei nº 8.666/93, e dos princípios gerais de direito.

CLÁUSULA DÉCIMA QUINTA - DA SUCESSÃO E FORO

As partes firmam o presente instrumento em 02 (duas) vias de igual teor e forma na presença das testemunhas abaixo, obrigando-se por si e seus sucessores, ao fiel cumprimento do que ora ficou ajustado, elegendo para Foro do mesmo o da Comarca de Coronel Vivida, Estado do Paraná para solução de toda e qualquer questão dele decorrente, não obstante qualquer mudança de domicílio do locador que, em razão disso, é obrigada a manter um representante com plenos poderes para receber notificação, citação inicial e outras medidas em direito permitidas.

Coronel Vivida, 25 de agosto de 2021.

Anderson	Manique	Barreto

One fames

Prefeito LOCATÁRIO

Testemunhas:....

Paulo Roberto da Silva

Associação Empresarial de Coronel Vivida - ACIVI

LOCADOR

DIÁRIO DO SUDOESTE

Publicações Lega

Caderno Integrante da Edição nº 7964 | Pato Branco, 31 de agosto de 2021

Este espaço é destinado a publicação de editais públicos ou privados que tem como finalidade tornar público as informações a cerca dos atos e fatos ocorridos, dando transparência as ações dos órgãos públicos e das empresas. Os leitores podem acompanhar nos editais toda e qualquer medida adotada pelas prefeituras, câmaras municipais, empresas de economia mista, autarquias, entidades, associações, instituições, empresas e outras denominações que tenham a necessidade de tornar públicos seus atos.

COMISSÃO PRÓ-FUNDAÇÃO DO SINDICATO DOS TRABALHADORES NA AGRICULTURA FAMILIAR DE PALMAS E CORONEL DOMINGOS SOARES – ESTADO DO PARANÁ

EDITAL DE CONVOCAÇÃO ASSEMBLEIA GERAL DE FUNDAÇÃO

A Comissão pró-fundação do Sindicato dos Trabalhadores na Agricultura Familiar de Palmas c. Coronel Domignos Soares - Estado do PR, comovoram a categoria profissional "agricultores familiares", assim compreendidos, trabalhadores nurais em regime de economía familiar e trabalhadores rurais assalariados bem como abraniga equieis que proprietários ou nido, incluídos os aposentados arbos e inativos, os assentados, arendatários cessionarios, comodatários, extrativistas artezanais, regime de economía familiar, asimi entendido o trabalho dos membros da imesma família, indispensável a própria subsistência e executado em condições de muitu dependeños ecolaboração, anida que com a judia eventual de terceiros, conforme o Decreto Lei nº 3, 1.66/7.1 até o limite de 02 (dois) módulos rurais, dos Municipios de Palmas a Cel Diomignos Sasses - Estado do Parasa, individualmenta ou em cariera de Palmas e Cel Diomignos Sasses - Estado do Parasa, individualmenta ou em cariera de Palmas e Cel Diomignos Sasses - Estado do Parasa, individualmenta ou em cariera de contorme o uecreto un n° 1.166/2/13 de o immte de Uz (105), modulos rurais, dos Municipios de Palmas e Cel. Domingos Soares – Estado do Parana, individualmente ou em regime de economia predominantemente familiar, executadas em condições de mútua dependência e colaboração com ajuda eventual de terceiros, integrante do Plano Nacional dos Toxolhederação Nacional dos Trabalhadores na Agricultura, para comprecerem no ENTRO CULTURAL DOM AGOSTINHO JOSÉ SARTORI – centro de Palmas ao lado da Prefeitura Municipal, no dia 20 de setembro de 2021 às 13 horas para a seguinte ordem do dia: a) Deliberação sobre a Fundação do Sindicato dos Trabalhadores na Agricultura Familiar de Palmas e Coronel Domingos Soares lo do Paran - SINTRAF-PAIMAS; b) Discussão, elaboração e aprovação do Estatuto da Entidade Sindical; c) Eleição da Primeira Diretoria da Entidade Sindical; d) Demais os de interesse da categoria.

> Palmas, 12 de agosto de 2021 FRANCISCO ELISEU DORNELES CPF 015.599.189-26 Pela Comissão Pró-fundação

SÚMULA DE REQUERIMENTO DE LICENÇA PREVIA

SAIKON VEICULOS S/A, torna público que irá requerer junto ao IAT a Licença Prévia para a atividade de comercio, manutenção e reparo de veículos automotores, peças e acessórios, a ser implantada na Avenida Tupi nº 1890, inicípio de Pato Branco/PR.

SÚMULA DE REQUERIMENTO DE LICENCA DE OPERAÇÃO

PERON FERRARI S/A, torna público que irá requerer junto ao IAT a Licença de Operação para a atividade de beneficiamento e armazenamento de produtos agricolas, implantada na Rua Araucaria nº 430, municipio de Pato Branco/PR.

SÚMULA DE RECEBIMENTO DE RENOVAÇÃO DE LICENCA DE

COMPENSADOS DIMAPE LTDA, toma público que recebeu do IAT a Renovação Licença de Operação para a atividade de indústria de madeira, implantada na Rua sete de setembro nº 825, município de Clevelándia/PR. Licenca nº 250076-R2 Validade 27/08/2026.

SÚMULA DE RECEBIMENTO DE LICENÇA DE OPERAÇÃO

GRUNTEC FERTILIZANTES EIRELI, torna público que recebeu do IAT a Licença de Operação para a atividade de fabricação de adubos e fertilizantes, implantada na Rua Doutor João Juglair Junior nº 410, município de Pato Basco/PR. Licença nº 252238 Validade 27/08/2026.

SÚMULA DE REQUERIMENTO

Materiais de construção, empresa situada em Mariópolis Pr, torna público que reu a IAT a licença na modalidade de transporte de materiais recicláveis.

ATA DE REUNIÃO DE SÓCIOS

PARTICIPAÇÕES E ADMINISTRAÇÃO LTDA NN - PARTICIPAÇÕES E AD! NIRE: 4120768644-4 CNPJ: 18.760.043/0001-30

DATA/HORA E LOCAL - Aos vinte e seis de agosto de 2021, às nove horas, na sede da sociedade, na Rua Tocantins, 3265, bairro Brasilia, Sala 02, Edificio Luciano de Souza, CEP 85.504-024, em Pato Branco - Paraná;

02, Edificio Luciano de Souza, CEP 85.504-024, em Pato Branco - Parana, PRESENÇA - Sócios representando a totulidade do capital social; COMPOSIÇÃO DA MESA - NICOLAU MIGUEL NEIS, presidente e JOANNA BEATRIZ NEIS BRANCO, secretária; PUBLICAÇÕES - Dispensam-se as formalidades de convocação previstas no Parágrafo 3º do artigo 1.152 do Código Civil, uma vez que não há diasidência e todos os sócios compareceram e se declaram cientes do local, social para cortiera do dia: data, hora e ordem do dia;

ORDEM DO DIA – Deliberar sobre redução de Capital da Empresa NN

ORDEM DO DIA — Deliberar sobre redução de Capital da Empresa NN—
Participações e Administração Lidas, proporcional a participação dos
sócios Nicolau Miguel Neis, Ethel Cristina Neis Colla, Raquel Cristiane Neis
Hartmann e Joanna Beatriz Neis Branco, com a retirada do saldo da conta
contâbil Adainatmento para Futuro Aumento de Capital — AFAC,
juntamente com a totalidade das quotas referente a participação na
empresa Anhambi Alimentos Lida pelo valor contâbil do investimento.

DELIBERAÇÕES — Após a leitura dos documentos mencionados na ordem
do dia, que foram colocados à disposição de todos os sócios, de
documentos inerentes a esta operação de redução de capital, postos em
discussão e votação, foram aprovados sem reservas e restirções.

ENCERRAMENTO E APROVAÇÃO DA ATA. Terminados os trabalhos,
inexistindo qualquer outra manifestação, lavrou-se a presente ata que,
lida, foi aprovada e assisianda por todos os sócios.

lida, foi aprovada e assinada por todos os sócios.

Ethel Cristina Neis Colla

Raquel Cristiane Neis Hartmann

Joanna Beatriz Neis branco

CAMARIA MUNICIPAL DE PATO BRANCO - ESTADO DO PARANA
EXTRATO DO 3º TERMO AOTIVO AO CONTRATO N 16/2018

Des partes: CÁMARIA MUNICIPAL DE PATO BRANCO. CONTRATO N 16/2018

BRASIL LITRA. CHARIA M' 10/2014 FORDOSTO, AO de los persones presentes de servicio de manufarción, conserveção e
BRASIL LITRA. CHARIA M' 10/2014 FORDOSTO, AO de los persones presentes de servicio en manufarción, conserveção e
Pato Branco. Da premisera de servicio de los persones de la companio de los persones de la companio de los persones de servicio de los persones de la companio del la compani

EXTRATO DA ATA DE REGISTRO DE PRECOS Nº 128/2021

PREGÃO ELETRÓNICO Nº 30/2021 - REGISTRO DE PREÇO Nº 24/20
Processo Liduatório Nº 4/2021 - MONGLOGADO EM: 08/07/2021
VIGÊNCIA: 12 (DOZE) MESES (0º 30/08/2021 à 08/07/2022)

ITEM	DESCRIÇÃO DOS SERVIÇOS	UNID.	QTOS.	MARCA/ MODELO	VALOR UNIT.	VALOR TOTAL TTEM (R\$)
	Notrobook com estas características: processador 64 geração os superior, com vescidado de 3,00 Ghz os superior, memoria - dor4 2400 minz, cache 3MB cache, chipset integrado ao processador, memoria RAM 8 GB DDR4, HD 1			MARCA: SANSUNG		
01	Ti, consele richti, Nelcomi impropuls, sind para- certifa de membra de prior Sopie Nulli certifa de membra de provincia de la certifa de membra de la conselección de la 15.4° rule 102.11/a/p. Vertiras Centificado sem sobrio de al derir ciu a fora sobriando sem sobre de la compania de la compania de la compania de la compania de la compania de la compania de la compania de la compania de la 15.00 malo, conselección que la compania de 15.00 malo, conselección que la compania de 15.00 malo, conselección que la conselección de 15.00 malo, conselección de 15.00 malo, conselección de 15.00 malo, conselección	Unid.	50	MODELOI NOTEBBOK SANSUNG BOOK INTEL® CORET 13 - 1115G4, WINDOWS 10, 6GB, 1TB, 15-6" LEO. NPSSONDA- KTIEF BIVOLT	3.800.96	190.043,00

- 2.5th., particil 1, framer.
 Our stool As in a Supprise of Progra d do NB 199.043.00 (Centra a Revente Mil e Quarment a This Ream).
 Marchael August of Assistant of Program of Assistant of Program of Assistant o

NILSON ANTONIO FEVERSANI Prefeito Municipal

HOMOLOGAÇÃO E ADJUDICAÇÃO

TOMADA DE PREÇOS 04/2021 - Processo Licitatório 53/2021

Expirado o prazo recursal a partir da publicação do resultado e classificação, também de acordo Expirado o prazo recursal a partir do publicação do resultado e classificação, também de acordo no parecer jurídeo e considerando anida o jugiamento e Classificação das Propostas, referente a Tomada de Preços nº 04/2021, que teve como objeto a <u>contratação de empresa para seacução da obra de perimentada, com pediras poliféricas, sendo 2,4006m, a seu seccutado na Comunidada Manda, Rieza, de acordo com e Propeto Básico, Orçanento, Curiograma de Execução e Memorial Descritivo, <u>HUMOLOGO</u> por seus próprios fundamentos determinando que seja ADJUDICADO o seu</u> objeto a favor da empresa ERI ANTUNES & CIA LTDA - EPP, inscrita no CNPJ sob o 11.365.884/0001-02, com o valor global de R\$ 599.398,81 (quinhentos e noventa e nove mil e

> Bom Sucesso do Sul. 30 de Agosto de 2021. NILSON ANTONIO FEVERSANI
> Prefeito Municipal

MUNICIPIO DE CORONEL VIVIDA – ESTADO DO PARANA
EXTRATO TERMO DE RESCISÃO DE CONTRATO DE SERVIÇO TEMPORÂRIO
PROCESSO SELETIVO SIMPLE/RICADO Nº. 101/12/19
PROCESSO SELETIVO SIMPLE/RICADO Nº. 101/12/19
Termo de Reacisão de Contrato Administrativo de Serviço Temporário nº. 028/2020 de 01/10/2020.
Contratantes Municipa de Coronel Vivida PIL.
Contratado(s): Luana Cristina dos Santos Buero
Opisio: Reacisão do Contrata Administrativo de Serviço Temporário nº. 024/2020 de 01/10/2020.
Vigência: Esta restrumento enira em vigor no dia 27 (vinire a sobri de aposto de 2021.
Vigência: Esta restrumento enira em vigor no dia 27 (vinire a sobri de aposto de 2021.
A públicação na integra des aitos acione encontrace deponivel no seguida enchesço eletônico:

**Inc. Administrativo de Contrato Administrativo de Serviço Temporário nº. 024/2020 de 01/10/2020.

**Inc. Administrativo de Contrato Administrativo de Serviço Temporário nº. 024/2020 de 01/10/2020.

**Inc. Administrativo de Contrato Administrativo de Serviço Temporário nº. 024/2020 de 01/10/2020.

**Inc. Administrativo de Contrato Administrativo de Serviço Temporário nº. 024/2020 de 01/10/2020.

**Inc. Administrativo de Contrato Administrativo de Serviço Temporário nº. 024/2020 de 01/10/2020.

**Inc. Administrativo de Contrato Administrativo de Serviço Temporário nº. 024/2020 de 01/10/2020.

**Inc. Administrativo de Contrato Administrativo de Serviço Temporário nº. 024/2020 de 01/10/2020.

**Inc. Administrativo de Contrato Administrativo de Serviço Temporário nº. 024/2020 de 01/10/2020.

**Inc. Administrativo de Contrato Administrativo de Serviço Temporário nº. 024/2020 de 01/10/2020.

**Inc. Administrativo de Contrato Administrativo de Serviço Temporário nº. 024/2020 de 01/10/2020.

**Inc. Administrativo de Contrato Administrativo de Serviço Temporário nº. 024/2020 de 01/10/2020.

**Inc. Administrativo de Contrato Administrativo de Serviço Temporário nº. 024/2020 de 01/10/2020.

**Inc. Administrativo de Contrato Administrativo de Serviço Temporário nº.

MUNICIPIO DE CHOPINZINHO/PR.
AVISO DE LICITAÇÃO

Modalidade. Pregilo. Edital r 6 \$2/201. Forms. Elevinico. Data de Licitação: De 15 de setembro de 2011, ão 09/00 (nove) horas. Objeto: CONTRATAÇÃO DE EMPRESA ESPECIALZADA PARA FORNECIMENTO E INSTALÇÃO DE PAROFESS DE ENERGIA. Viel resistando: R8 113-06 Genero: Matérials e Berviços. O Edital encontrase à disposição dos interesados no Pridad o Genero: Matérials e Berviços. O Edital encontrase à disposição dos interesados no Pridad de Prefebror de Creditorios. Distributo de Licitações e Contras, Rua Riguel Prodop Kurges. r3 3-03 d. 1 de contras de Carlo de Contras de Carlo de Carlo

EDITAL DE CHAMAMENTO PÚBLICO № 12/2021

O MUNICIPIO DE CHOPNIZANTO, atraves da Socretario de Agriculturs, Pecudrio e Meo Ambiento, torno público que encunter-se abento EDITAL DE CHAMMENTO PUBLICO 1º 12/2021 OBEITO: Inscrição de produtores funtas de Municipio de Chopnizanto, interessados en patidos de PRO-GRADIO REVITALIZAÇÃO DA VITICALTURA PARAMENECE - REVITIS Período de Credenciamente: 1º (outrac) dista abdo a publicação. Informações: Forie (48) 3242-2501. A integra do Edital encontra-se no enderaço elefónico: syno. Engiliatio b.at. que. El.

SÚMULA DE RECEBIMENTO DE LICENÇA DE INSTALAÇÃO

Famex Administração e Participações LTDA, CNPJ: 12.306.238/0001-29 to póblico que <u>recebeu</u> do 1AT, a licença de instalação para implantação de loteamento residencial denominado Odete Rotava a ser implantada no Imóvel chácara 68, mar. 3,2416, do 2 of de registro de imóveis, bairro jardim floresta no Municipio de Pato Branco - PR.

MUNICIPIO DE CORONEL VIVIDA - PR

AVISO DE LICITAÇÃO - EDITAL DE PRECAD PRESENDAL Nº 56/0201
TIPO MENOR PREÇO DRI TIEM - AMPIA CONCORRÊNCIA

Obieix: REGISTRO DE PREÇOS PARA FUTURAS E EVENTUAIS AQUISIÇÕES DE PLACAS DE
SANALZAÇÃO DE EMERÇÊNCIA E MANITENÇÃO CORPETIVA NO SISTEMA HIDRAULIO DE
PREVEIÇÃO CONTRA INCÉNDIO E DO SISTEMA DE ALARME E DETECÇÃO DE INCÉNDIO A
SEREM USADOS E INSTALADOS EM DIVERSAS EDITICAÇÕES PUBLICAS DA ADMINISTRACA DA
MUNICIPAL. LOCAL E HORARIO: Preça Angie Mazzono, sin, redericamento e entrega do
envelopas, site à est 9000 no de 15 de sentemo de 2017. Abestua dos anticipas as 0.010 no
envelopas. Local e incento de 2017. Abestua dos anticipas as 0.010 no
estados de completos de completos de 1000 no de 1000 no de 1000 no
estados de completos de 1000 no de 1000 no

MUNICÍPIO DE CORONEL VIVIDA - ESTADO DO PARANÁ.

DECRETO N°7725, de 30 de agosto de 2021. Dispõe sobre o Conselho Municipal de Turismo de Coronel Vivida. A publicação no interpre dos otos sciene encentro es disponeire os regaines enderes extendes intellectual disponeire os regaines enderes extendes pois sel forma destandade pois sel forma de administração de la filla de la filla de 2021, repulsamentos pois Decretor 1781, de 46 julhos e 2021.

MUNICÍPIO DE CORONEL VIVIDA – ESTADO DO PARANÁ

DECRETO Nº 7726, de 30 de agosto de 2021. Dispõe sobre o Comité Gestor Conselho Municipal de Coronel Vivida. A publicaçõe se interpret des stes estimatorials pela de la comite de comite de communes disputado en seguiros estodas de la comite entrates de pela de la seguiro estodas de la comite entrates de pela del Municipal et 3061, de 26 de mois de 2021, repulsomentes pela Decreta et 781, de 16 de julio de 2021.

MUNICIPIO DE CORONEL VIVIDA - ESTADO DO PARANÁ

Decretor 17.738 de 309/8/2021. Fica deciando porto Seculativo aos servidores das repartições
públicas do Municipio de Coronal Vivilana, no dia 06 (sea) de setambro de 2021 - terça-faira, no
anticipiopido de comenimoripo de otida de Fundamário Público - 281/10/2021

EDITAL, PROFINCIA, - ao 30 de aguete de 2021.

DESTADA PROFINCIA - ao 30 de aguete de 2021.

DESTADA PROFINCIA - ao 30 de 300 de 2021.

DESTADA PROFINCIA - ao 30 de 300 de 2021.

DESTADA PROFINCIA - ao 300 de 300

NOME DO CANDIDATO	Nº DE PROTOCOLO	NOTA	FICAÇÃO
Silvana Masiolio	59.122/21	9.0	
Canseli de Souza	59.085/21	8,0	2*
Dalyta Thaylarse Razera de Almeida	59.151/21	7,0	30
Ana dos Santos Cambruzzi	59.034/21	8.0	4"
Paula Prolis Coria	59.166/21	5.0	5"
Kelly Claudia Lampert	59.077/21	4,0	6"
Ana Cristina de Moraes	59.120/21	3,0	70
*Felipe dos Santos Marcondes	59.125/21	2,0	8"
"Ellane de Oliveira Mota Bos	59.123/21	2,0	9"
*Adão Rodrigues Viana	59.175/21	1,0	101
*Isabel Canto Silva	59.177/21	1,0	111
*Juliana Lopes de Quadros Ribeiro	59.126/21	1.0	121

* Utilizado dos Critérios de Desempate 1.2. TECNICO DE ENFERMAGEM

Nº DE PROTOCOLO	NOTA	CLASSI- FICAÇÃO
59.121/21	23,0	30
59.127/21	14,0	2"
59,103/21	12,0	3.
59.143/21	10.0	4"
59.128/21	3.0	5°
59.020/21	1.0	6"
	59.121/21 59.127/21 59.103/21 59.143/21 59.128/21	59.121/21 23.0 59.127/21 14.0 59.100/21 12.0 59.143/21 10.0 59.128/21 3.0



PREFEITURA MUNICIPAL DE PALMAS

TERMO DE SUSPENSÃO

MODALIDADE: Pregão Eletrônico nº 140/2021
PROCESSO Nº: 61/2021
OBJETO: Aquisição de playgrounds, academias ao ar livre e bancos em madeira plástica, para atender às necessidades da Secretaria de Administração, conforme solicitações 1964/2021 e 2126/2021, de acordo com as especificações do edital e seus anexos.
O MUNICIPIO DE PALMAS, ESTADO DO PARANÁ, por meio de seu representante legal, no uso de suas atribuições legais resolve: SUSPENDER os atos do Processo de Licitação nº140/2021, Preado Eletrônico nº 61/2021 cujo objeto acima mencionado motivado pela encessidade de readequação co objetos e exigências deste certame, com vistas a realinhar equivocos do Edital, em especial quanto as axigências de critério técnico do Edital, abrangendo assim um maior número de licitantes participantes.

Kosmos Panayotis Nicolaou Prefeito Municipal

dos envelopes: as 09:01h do dia 15 de setembro de 2021. VALOR MÁXIMO TOTAL: R\$ 68.731,50. Prazo de vigência: 12 meses. O edital poderá ser obtido junto ao Município de Coronel Vivida, das 08:00 às 12:00 horas e das 13:30 às 17:30 horas ou através do site www.coronelvivida.pr.gov.br. Informações: (46) 3232-8300.

Coronel Vivida, 30 de agosto de 2021.

DINARA MAZZUCATTO, Presidente da CPL.

> Publicado por: Fernando de Quadros Abatti Código Identificador:C673A96A

DEPARTAMENTO DE LICITAÇÕES ADITIVO E RESUMO DE CONTRATO

Aditivo nº 02 - Contrato nº 03/2021 - Dispensa de Licitação nº 02/2021 - Contratante: Município de Coronel Vivida. Contratada: EUGENIO & MARQUES LTDA - ME, CNPJ n.º 01.600.153/0001-32. Prorroga-se a vigência do contrato por mais 03 meses, de 01.09.2021 a 30.11.2021, com fundamento no artigo 57, inciso II, da Lei Federal nº 8.666/93 e solicitação do Secretário Municipal de Saúde. O valor da prestação dos serviços permanece inalterado, ou seja, R\$ 2.500,00, totalizando para este aditamento a quantia de R\$ 7.500,00. Permanecem inalteradas as demais clausulas.

Coronel Vivida, 26 de agosto de 2021.

ANDERSON MANIQUE BARRETO Prefeito.

MUNICÍPIO DE CORONEL VIVIDA - PR

CONTRATO nº 48/2021 — Dispensa de Licitação nº 24/2021 — Locatário: Município de Coronel Vivida. Locador: ASSOCIAÇÃO EMPRESARIAL DE CORONEL VIVIDA - ACIVI, CNPJ nº 77.486.090/0001-05. Objeto: locação de 01 (uma) sala comercial em estrutura de alvenaria, com área construída de 160,0 m² (cento e sessenta metros quadrados), localizado na Rua Brigadeiro Rocha Loures, sobre o imóvel urbano nº 156, sala 02 — fundos — centro do loteamento sede, matrícula nº 14.717/1. Valor total: R\$ 14.400,00. Prazo de vigência: 12 meses, de 01.09.2021 a 31.08.2022.

Coronel Vivida, 25 de agosto de 2021.

ANDERSON MANIQUE BARRETO Prefeito.

Publicado por: Leila Marcolina Código Identificador: A8CCC274

GABINETE DO PREFEITO DECRETO 7726

DECRETO Nº 7726, de 30 de agosto de 2021.

Dispõe sobre o Comitê Gestor Conselho Municipal de Coronel Vivida.

O PREFEITO DO MUNICÍPIO DE CORONEL VIVIDA, ESTADO DO PARANÁ, no uso das atribuições que lhe são conferidas através da Lei Orgânica Municipal, e tendo em vista o disposto na Lei Complementar Municipal n.º 27/2009, a qual instituiu tratamento diferenciado às microempresas e empresas de pequeno porte no âmbito do Município;

DECRETA:

Art. 1°- Para fins de cumprimento do artigo 3° da Lei Complementar Municipal n.º 27 de 15 de outubro de 2009, atribuiu-se ao Conselho de Desenvolvimento Econômico e estratégico Municipal - CODEEM, criado pela Lei Municipal n.º 2.943, de 03 de dezembro de 2019, todos os encargos e funções previstas em lei para o Comitê Gestor Municipal.

Art. 2.º- A presidência do Comitê Gestor Municipal caberá ao Secretário Municipal de Indústria, Comércio e Turismo.

Art. 3.º- As decisões de caráter normativo do Comitê Gestor Municipal estarão sujeitas "ad referendum" do Chefe do Poder Executivo Municipal.

Art. 4.º- Este Decreto entrará em vigor na data de sua publicação.

Gabinete do Prefeito Municipal de Coronel Vivida, Estado do Paraná aos 30 (trinta) dias do mês de agosto de 2021.

ANDERSON MANIQUE BARRETO Prefeito Municipal

Registre-se e publique-se;

JULIANO ANDREI BORDIN Chefe de Gabinete

Publicado por: Simone Terezinha Sozo Código Identificador:810A1B03

GABINETE DO PREFEITO DECRETO 7725

DECRETO Nº7725, de 30 de agosto de 2021.

Dispõe sobre o Conselho Municipal de Turismo de Coronel Vivida.

O PREFEITO DO MUNICÍPIO DE CORONEL VIVIDA, ESTADO DO PARANÁ, no uso das atribuições que lhe são conferidas através da Lei Orgânica Municipal, e tendo em vista o disposto na Lei Municipal nº 1.445/97;

DECRETA:

Art. 1º - Ficam nomeados os membros do Conselho Municipal de Turismo de Coronel Vivida, para um mandato de dois anos, sendo o primeiro titular e o segundo suplente:

O Responsável pelo Departamento de Turismo e Serviços do Município:

Lindones Antonio Colferai

Gislaine De Col;

Um representante do Departamento Municipal de Promoção Humana (Social):

- a) Fatima Vogel da Silva
- b) Elenice Rodrigues do Prado;

Um representante do Departamento Municipal de Meio Ambiente:

- a) Assioli Jacssel dos Santos
- b) Aline Lusco Savi;

Um representante do Departamento Municipal de Cultura:

- a) Paulo Anciliero
- b) Maria Olivia Rodrigues da Conceição;

Um representante do Departamento Municipal de Educação:

- a) Elisângela Momo:
- b) Maria Angela Momo;

Um representante do Departamento Municipal da Fazenda:

- a) Luiz Antonio Polesello;
- b) Franchy Rech;

Um representante da ACIVI - Associação Comercial e Industrial de Coronel Vivida:

- a) Luiz Ogrodowski Junior;
- b) Fernanda Caroline Caldatto;

Úm representante de órgãos representativo de entidades turísticas municipais:

- a) Mateus Camilo Dalpizzol;
- b) Cleberson de Almeida Frigo;

Um representante de empresários do ramo de hotelaria, restaurantes e empresas prestadoras de serviços relacionados ao turismo:

- a) Felipe Diego Langer;
- b) Ana Alice Baggio

Um representante de propriedade turística localizada na zona rural do Município, indicado pelo SEMDER:

Jadecir Seramucin

Leomar Hermann.